



Bruxelas, 22.10.2013
COM(2013) 739 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO
AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO CONSELHO ECONÓMICO E
SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES

Programa de trabalho da Comissão para 2014

INTRODUÇÃO

Após cinco anos de crise financeira mundial, começam agora a surgir sinais de recuperação económica na União Europeia. Estes sinais são frágeis e ainda não são sentidos por aqueles que mais sofreram com a crise, nomeadamente os jovens desempregados. Temos de consolidar os progressos já alcançados e prosseguir o processo de reforma nos Estados-Membros, sujeitos a uma enorme pressão. No entanto, há claras indicações de que a Europa está a emergir gradualmente da crise, mais forte e mais preparada, graças às reformas profundas no plano económico, financeiro e orçamental, bem como às medidas bem orientadas, adotadas a nível europeu e nacional, para estimular o crescimento e o emprego.

No entanto, não podemos permitir-nos a autocomplacência. O ano 2014 deve ser um ano de resultados e de execução. Um ano para concluir os trabalhos sobre as numerosas propostas destinadas a relançar o crescimento que estão pendentes no processo legislativo e para acelerar a aplicação no terreno. A forte tónica que será colocada nos resultados nos próximos meses mostrará aos cidadãos e às empresas da Europa que podem olhar para o futuro com confiança.

Fomentar o crescimento e o emprego continuará no cerne do programa de trabalho da Comissão Europeia para 2014. Estas prioridades nortearão tanto a análise da Comissão sobre as reformas necessárias a nível nacional - onde devem prosseguir sem tréguas os esforços para consolidar as finanças públicas, reformar a estrutura da economia e libertar investimentos para estimular o crescimento - como as iniciativas propostas a nível europeu para apoiar a recuperação económica e a criação de emprego e fazer face às consequências sociais da crise.

Nos últimos cinco anos, as instituições da União Europeia e os Estados-Membros concertaram esforços para dar resposta aos principais problemas com que a Europa se debate atualmente. Os resultados alcançados durante este período são consideráveis: o euro foi salvaguardado e fortalecido e a União Europeia dotou-se de um sistema de governação económica reforçado; foi estabelecida uma nova geração de regras em matéria de supervisão e de regulação financeiras e foram lançadas as bases da união bancária; foram intensificados os trabalhos sobre o aprofundamento do mercado único; e foi alcançado um acordo político sobre o orçamento da UE, o fundo destinado a apoiar o crescimento e o investimento na Europa. O Ano Europeu dos Cidadãos constituiu uma oportunidade para refletir sobre a forma como a UE ajuda os europeus nas suas vidas quotidianas e envolveu os cidadãos num diálogo direto sobre o futuro da UE. Além disso, a UE revelou-se inúmeras vezes um ator essencial na resolução dos problemas mundiais da atualidade.

Contudo, os desafios que subsistem são enormes. As taxas de desemprego, em especial dos jovens, continuam a atingir níveis intoleráveis tanto do ponto de vista económico como social. As pequenas empresas – a espinha dorsal da economia europeia – continuam a enfrentar dificuldades para obterem o financiamento de que necessitam para crescer e criar emprego. E, embora tenham sido realizados progressos, a Europa ainda não está à altura das suas ambições relativamente ao mercado único, nomeadamente em domínios fundamentais, como a economia digital, a energia e os serviços.

Mas os desafios que devemos enfrentar não são apenas de natureza económica. A ação da UE é necessária para proteger os valores e promover os direitos dos cidadãos: da defesa dos consumidores aos direitos dos trabalhadores, da igualdade ao respeito pelas minorias, das normas ambientais à proteção de dados e da vida privada. Na gestão das fronteiras da Europa - uma tarefa necessária - e ao assegurar a proteção dos mais necessitados devemos basear-nos

na solidariedade e na responsabilidade. E a experiência confirmou a utilidade do papel da Comissão em situações em que existe um risco grave e sistémico para o Estado de direito.

Ao mesmo tempo, temos de dar resposta aos desafios - e oportunidades - estruturais, como a luta contra as alterações climáticas, a adaptação ao envelhecimento da população, a adoção de medidas para que a Europa disponha do nível de educação e das competências necessárias, o estabelecimento de uma economia eficiente na utilização dos recursos, a procura de novas fontes de competitividade e de inovação na era da globalização e a contribuição para a estabilidade no mundo. A Comissão esforçar-se-á por garantir que, nos próximos anos, as oportunidades únicas que a cooperação a nível europeu oferece para enfrentar os desafios comuns sejam plenamente aproveitadas. Na maioria dos casos, trata-se de desafios a nível mundial, no âmbito dos quais a UE deverá ser um ator global eficaz.

O programa de trabalho da Comissão para 2014 concentrar-se-á na prossecução deste trabalho e na obtenção de resultados concretos para os cidadãos europeus. Em termos práticos, tal pressupõe trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e o Conselho, de modo a acelerar a adoção de propostas essenciais pendentes, garantir a operacionalidade dos novos programas de financiamento da UE em tempo útil e aprofundar a cooperação com os Estados-Membros e entre eles com vista à realização da Estratégia Europa 2020 no âmbito do Semestre Europeu.

Em 2014 também serão desenvolvidos trabalhos exploratórios nalguns domínios, com vista a preparar as decisões da próxima Comissão. Trata-se nomeadamente de prosseguir os trabalhos para a concretização de uma União Económica e Monetária efetiva e aprofundada, articulada em torno de quatro pilares: económico, orçamental, bancário e político. As próximas eleições para o Parlamento Europeu proporcionarão uma boa oportunidade para lançar um amplo debate sobre a forma de construir uma Europa mais unida, mais forte e mais aberta.

PRINCIPAIS DESAFIOS EM 2014

No início de 2014, a prioridade será a conclusão, pelo Parlamento Europeu e o Conselho, das negociações sobre uma série de propostas com potencial para estimular o crescimento e a criação de emprego. A Comissão trabalhará em estreita colaboração com ambas as instituições para o êxito das negociações antes das eleições para o Parlamento Europeu. O anexo I apresenta uma lista de propostas que a Comissão considera essenciais e que estão num estágio suficientemente avançado para terem uma possibilidade real de serem adotadas nos próximos meses. Trata-se nomeadamente de propostas em domínios como a união bancária, os dois Atos para o Mercado Único, a mobilidade dos trabalhadores e a Agenda Digital.

Paralelamente, a UE já aprovou um programa legislativo substancial que deve agora ser aplicado. A Comissão trabalhará com determinação para garantir que os benefícios sejam sentidos pelos cidadãos da UE o mais rapidamente possível. A Comissão continuará a trabalhar em conjunto com os Estados-Membros a fim de garantir uma transposição correta e uma aplicação rigorosa das regras da UE. Será atribuída uma grande prioridade à nova geração de programas de investimento apoiados pelo quadro financeiro plurianual (QFP) da UE. Um arranque regular e atempado dos programas do QFP para o período 2014-2020 representará um verdadeiro impulso para a economia europeia. Para que tal se concretize, é necessário chegar a acordo sobre o quadro legislativo e estabelecer as estruturas, procedimentos e programas necessários a nível nacional, de modo a iniciar a execução dos projetos no terreno o mais rapidamente possível.

Em 2014, a Comissão continuará a fazer avançar os processos essenciais que fazem parte integrante da forma como a UE funciona atualmente. Entre estes figuram os seguintes:

- Promover os objetivos da Estratégia Europa 2020 através do Semestre Europeu de coordenação das políticas económicas;
- Consolidar os progressos realizados em matéria de governação económica;
- Apresentar relatórios sobre os progressos efetuados em termos de coesão económica, social e territorial;
- Fazer avançar o pacote anual relativo ao alargamento e a Política Europeia de Vizinhança.

Além disso, a Comissão também se baseará em novas abordagens, como o painel de avaliação da justiça, e avançará com iniciativas como a estratégia em favor das comunidades ciganas.

Entre os outros objetivos essenciais que a Comissão perseguirá figuram várias negociações internacionais importantes, que vão da parceria transatlântica de comércio e de investimento com os Estados Unidos até às negociações internacionais sobre o clima. A Comissão também estará preparada para desempenhar plenamente o seu papel enfrentando os desafios relacionados com o desenvolvimento e dando resposta às crises humanitárias e de outros tipos.

Para além de consolidar os trabalhos em curso, a Comissão está a trabalhar num número limitado de novas iniciativas que deverão ser apresentadas em 2014 (anexo II). Algumas delas completarão os trabalhos previstos no seu programa de trabalho para 2013, que incluía expressamente iniciativas que devem ser apresentadas no início de 2014. Outras decorrem de compromissos assumidos a nível internacional ou resultam de ciclos políticos anuais. Com exceção das obrigações jurídicas, das atualizações técnicas e das situações de urgência específicas, a Comissão não apresentará outras novas propostas legislativas.

Para além destas novas iniciativas, a Comissão vai desenvolver uma série de trabalhos preparatórios e exploratórios para ajudar a preparar o terreno para algumas das decisões essenciais que deverão ser adotadas nos próximos anos. Trata-se nomeadamente de avaliações de impacto e de consultas públicas destinadas a identificar os problemas essenciais e as opções, bem como a examinar os seus potenciais impactos.

Uma parte importante deste exercício de reflexão consiste em examinar com um novo olhar a legislação em vigor, a fim de garantir que é «adequada à sua finalidade». A recente Comunicação da Comissão¹ que apresenta os resultados do exercício realizado no âmbito do Programa para a adequação e a eficácia da regulamentação (REFIT) expõe um vasto programa de análise e de reforma legislativa. Trata-se de um tema essencial para 2014 (anexo III), enquanto o anexo IV enumera as propostas que devem ser retiradas.

Para além da legislação relacionada com o início dos programas do QFP para o próximo período e de outros instrumentos legislativos que se encontram na fase final de adoção (incluindo os atos constantes do anexo I), o anexo V põe em destaque vários atos legislativos importantes, que começarão a produzir efeitos em 2014.

¹ Programa para a adequação e a eficácia da regulamentação (REFIT): resultados e próximas etapas, COM(2013) 685 de 2.10.2013.

PRIORIDADES ESSENCIAIS PARA 2014

União Económica e Monetária

Com a Letónia prestes a tornar-se o 18.º membro da área do euro, a Comissão continuará a esforçar-se por reforçar a governação económica e completar a união bancária, em consonância com o Plano pormenorizado para uma União Económica e Monetária efetiva e aprofundada. A recente Comunicação da Comissão sobre a dimensão social da UEM sublinhou a importância de uma UEM mais coesa para a sociedade europeia no seu conjunto. Integrar a UEM no tecido democrático da Europa será a melhor forma de ganhar a confiança dos cidadãos. A reflexão sobre o aprofundamento da UEM prosseguirá pois em 2014.

No âmbito do Semestre Europeu, a coordenação das políticas económicas será reforçada em 2014, o segundo ano de aplicação do segundo pacote sobre a governação económica, que contribuirá para assegurar a conformidade dos projetos de orçamento nacionais com os objetivos orçamentais da área do euro. Como em anos anteriores, a Comissão lançará o Semestre com a Análise Anual do Crescimento, em novembro. A próxima geração de programas a título da política de coesão também será orientada para apoiar a aplicação das recomendações específicas por país.

No que diz respeito ao setor bancário e à regulamentação financeira, a aplicação do Mecanismo Único de Supervisão e o acordo sobre o Mecanismo Único de Resolução são prioridades absolutas em 2014. A Comissão prosseguirá a revisão da regulamentação e da supervisão financeiras concentrando-se em domínios como a reforma estrutural dos bancos, o sistema bancário paralelo e o financiamento a longo prazo. Um sistema financeiro sólido e a execução de todos os compromissos assumidos no contexto do G20 continuam a ser condições prévias necessárias para uma retoma sustentável e para a estabilidade financeira a longo prazo.

Num contexto de mercados de crédito rígidos e fragmentados em toda a UE, a Comissão trabalhará com vista a melhorar a capacidade do sistema financeiro para financiar a economia real e aumentar o recurso aos instrumentos financeiros para maximizar o efeito de alavanca do orçamento da UE. Os trabalhos em curso com o Banco Europeu de Investimento para facilitar o acesso das PME ao financiamento irão prosseguir, pois são uma alavanca essencial para relançar o crescimento. Em todos estes domínios, um forte apoio dos Estados-Membros será indispensável.

Outra prioridade é a intensificação da luta contra o trabalho não declarado, a fraude fiscal e a evasão fiscal. A Comissão continuará a apoiar os esforços no sentido de garantir uma plataforma orçamental sólida e eficaz para as finanças públicas, bem como a estudar como a política fiscal pode ser concebida e aplicada de forma a apoiar melhor a economia da UE.

Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

Os novos programas do QFP foram concebidos para apoiar as prioridades da Estratégia Europa 2020 e incluem uma vasta gama de medidas para fomentar o investimento, promover o emprego e a inclusão social, desenvolver o capital humano e dar prioridade às reformas com impacto direto sobre o crescimento e o emprego. Estão atualmente em curso trabalhos para garantir a plena operacionalidade dos programas em 2014. Trata-se nomeadamente de finalizar os novos acordos de parceria e os programas correspondentes dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus com vista a obter resultados tangíveis e quantificáveis em cada Estado-Membro. A adoção do pacote relativo ao investimento na inovação permitirá

igualmente lançar um certo número de parcerias público-privadas em setores fundamentais. A política agrícola comum reformada também será implementada a fim de criar mais postos de trabalho nas zonas rurais e criar uma base sólida para uma economia verde.

O crescimento é a chave para criar mais e melhores empregos e reforçar a coesão social. A luta contra o desemprego dos jovens constitui uma prioridade essencial: as taxas de desemprego dos jovens, que atingem níveis inaceitáveis, têm pesadas consequências sociais e poderão ter repercussões graves a longo prazo, tanto no que diz respeito às perspetivas de futuro das pessoas afetadas como ao dinamismo da economia europeia. A aplicação da iniciativa «Garantia para a Juventude» pelos Estados-Membros terá uma importância capital para estimular a criação de emprego para os jovens e melhorar a transição da escola para o mercado de trabalho. É essencial investir na educação e nas competências e aumentar a mobilidade laboral, nomeadamente reforçando a cooperação entre os serviços públicos de emprego e eliminando os obstáculos injustificados ou desproporcionados ao acesso aos serviços regulados e profissionais e à livre circulação dos mesmos. Aproveitar o potencial dos setores fundamentais para o crescimento, como os da economia «verde», das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), dos cuidados de saúde e dos serviços sociais, deve ser uma prioridade essencial. Por último, embora as reformas orçamentais e económicas estejam a começar a produzir resultados positivos, a exclusão social e as desigualdades continuam a ser um importante desafio. Maximizar o potencial dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus contribuirá também de forma decisiva para a retoma. Além disso, os motores para promover a educação, a formação, as competências, o emprego e a coesão social serão reforçados graças à aplicação de programas a nível da UE, como o Erasmus +, o Programa para o Emprego e a Inovação Social, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas.

Para continuar a ser competitiva a nível mundial, a UE deve apoiar os investimentos na inovação e na investigação executando plenamente o Programa Horizonte 2020, criando as condições de mercado e económicas adequadas e melhorando a convergência dos esforços nacionais. Será realizada uma análise completa para identificar os estrangulamentos e as oportunidades, a fim de orientar as futuras prioridades. É necessária uma política industrial moderna capaz de apoiar eficazmente as empresas; a Comissão refletirá sobre as prioridades estratégicas para enfrentar os desafios que se colocam atualmente à indústria, nomeadamente no domínio da normalização. O acesso a uma mão-de-obra qualificada, um mercado da energia plenamente integrado e uma estratégia comercial ativa são domínios em que a Comissão procura apoiar o crescimento e garantir condições de concorrência equitativas nos mercados mundiais.

Tudo isto deve ser acompanhado por um mercado único que funcione bem e por uma concorrência leal, uma administração pública eficiente e uma regulamentação previsível e moderna. Trata-se de uma tarefa essencial para a Comissão. Garantir a plena aplicação das regras do mercado interno em domínios fundamentais, como os serviços e a energia, e concluir a modernização das regras em matéria de auxílios estatais, constituirá um passo importante para a realização do mercado único. A adoção de medidas fundamentais no âmbito do Ato para o Mercado Único II também dinamizará setores estratégicos para a economia da UE e eliminará os obstáculos em domínios como os investimentos transfronteiras. A Comissão prosseguirá os seus trabalhos relativos ao estatuto da mutualidade europeia no âmbito dos esforços para assegurar condições equitativas de concorrência a todas as empresas.

No âmbito dos trabalhos da Comissão para fomentar a competitividade em todos os domínios de atividade e, em particular, ajudar as PME, o programa REFIT reveste particular importância. A Comissão procedeu a um exercício de análise do acervo legislativo da UE e

propôs uma lista de atividades específicas, análises, revogações e retiradas de atos legislativos, bem como avaliações destinadas a garantir que a legislação da UE é «adequada à sua finalidade». A simplificação e a racionalização da legislação constituem um contributo importante para promover um enquadramento favorável às empresas.

Um mercado único plenamente integrado e interligado nos setores das telecomunicações, da energia e dos transportes requer infraestruturas de rede abordáveis, acessíveis, eficientes e seguras, o que, por sua vez, exige a mobilização de investimentos privados e públicos, um quadro regulamentar claro, o desenvolvimento das competências, bem como investimento na inovação, investigação e desenvolvimento. A aplicação do Mecanismo Interligar a Europa mobilizará o orçamento da UE para catalisar os investimentos do setor privado nas infraestruturas de rede estratégicas. A Comissão continuará a trabalhar para promover e desenvolver o potencial da UE para o turismo.

Além disso, os esforços para promover a implantação generalizada de serviços digitais e de soluções interoperáveis transfronteiras fomentarão a modernização e a transformação das administrações públicas, estimulando serviços públicos mais abertos e eficazes destinados às empresas e aos cidadãos. Um setor público moderno constitui uma parte essencial da resposta da Europa aos desafios do século XXI.

Todos os consumidores de energia devem ter acesso a um mercado da energia plenamente integrado até 2014 e beneficiar da garantia suplementar de dispor de ligações energéticas com outros Estados-Membros. Deve ser dedicada especial atenção ao mercado retalhista da energia, de modo a garantir que os consumidores possam tirar pleno partido dos benefícios do mercado interno da energia. A eficiência energética figurará também entre as prioridades da agenda em 2014, com vista a melhorar a competitividade e a sustentabilidade.

No setor dos transportes, os cidadãos devem ter acesso a redes mais eficientes e ter a possibilidade de mudar facilmente de meio de transporte. A adoção de propostas em domínios como os transportes ferroviários, os aeroportos, a gestão do tráfego aéreo e os portos abrirá novas oportunidades e reforçará a competitividade das infraestruturas.

Em setembro, a Comissão apresentou uma proposta que abre o caminho a um mercado único no setor das telecomunicações. A adoção da referida proposta pelos legisladores seria um passo importante para um mercado único das telecomunicações dinâmico até 2015. Tal contribuirá para um verdadeiro mercado único digital, estimulando a produtividade e oferecendo aos europeus acesso a uma rica oferta de conteúdos quando utilizam a Internet, independentemente do lugar, do momento e do dispositivo utilizado. Além disso, a adoção rápida de propostas legislativas relativas à segurança das redes e da informação, à proteção dos dados e à prossecução dos trabalhos com vista à modernização da propriedade intelectual são componentes essenciais da Agenda Digital.

Numa perspetiva estrutural, existe um grande potencial ainda inexplorado que permitirá à economia da UE ser mais produtiva utilizando menos recursos. Para um futuro sustentável será crucial reduzir os impactos ambientais negativos. Uma utilização mais eficaz dos recursos contribuirá para o crescimento, a criação de emprego e a melhoria da competitividade, nomeadamente reduzindo os custos para as empresas e trazendo benefícios consideráveis para a saúde e o ambiente, diminuindo a fatura energética e criando novas oportunidades para a inovação e o investimento. Estará no âmago da estratégia para enfrentar o problema dos resíduos na sociedade atual e tirar o máximo partido das possibilidades de reciclagem. Para além de estar no cerne da política agrícola reformada, a gestão sustentável dos nossos recursos naturais é fundamental para a reforma da política comum da pesca,

criando potencial para o crescimento económico, em particular nas zonas costeiras e em toda a cadeia económica das pescas.

As propostas relativas a um quadro para as políticas no domínio do clima e da energia na perspetiva de 2030 constituirão o enquadramento para as medidas concretas necessárias para obter em tempo útil uma redução ambiciosa das emissões de gases com efeito de estufa e garantirão ao mesmo tempo um fornecimento de energia seguro e acessível. Este quadro deverá também proporcionar mais segurança para os investimentos e criar novas oportunidades de emprego. Em 2014, serão necessários esforços significativos para desenvolver este quadro e mostrar como a liderança da UE abre o caminho para as negociações com vista a um acordo internacional sobre o clima em 2015.

Justiça e segurança

A UE deve proteger os cidadãos e salvaguardar os seus direitos. Para tal, a aplicação efetiva das regras da UE e o reforço da cooperação entre as autoridades nacionais nos domínios da segurança e da justiça são essenciais.

A UE contribui nomeadamente para a luta contra a criminalidade, a corrupção e a ameaça do terrorismo, e assegura o respeito dos direitos fundamentais. As tragédias recorrentes no Mediterrâneo, incluindo a mais recente em Lampedusa, tornam ainda mais premente a necessidade de uma ação a nível europeu, que preveja medidas mais drásticas para prevenir a perda de vidas no mar, apoiar as pessoas que procuram proteção internacional, assegurar a proteção das fronteiras da UE e lutar contra os traficantes de seres humanos, bem como melhorar a cooperação com os países terceiros.

A UE tem como objetivo proteger a saúde e a segurança dos alimentos e dos produtos. A aplicação de regras mais exigentes sobre a segurança dos produtos de consumo e sobre a saúde humana, animal e vegetal são fatores fundamentais para garantir a competitividade, o crescimento e o emprego. A tónica será também colocada na proteção das infraestruturas críticas e na promoção da prevenção e da preparação para as catástrofes, bem como da capacidade de dar uma resposta eficaz às mesmas. Além disso, a UE deve assegurar que a energia nuclear é utilizada em conformidade com as normas de proteção e segurança mais exigentes.

Sistemas judiciais eficazes, um enquadramento seguro e uma ação clara contra a fraude são fatores favoráveis à economia, ao mesmo título que as políticas bem-sucedidas para aumentar a confiança e melhorar a saúde dos consumidores. Para poderem tirar o máximo partido dos seus direitos, os particulares e as empresas devem poder aceder facilmente e em pé de igualdade ao sistema judicial de qualquer país, nomeadamente em caso de litígio transfronteiras. A Procuradoria Europeia (EPPO), como proposta pela Comissão, também possibilitará uma perseguição mais eficaz dos crimes lesivos dos interesses financeiros da UE. A Comissão preverá igualmente novas melhorias sistémicas no Regulamento OLAF, inspiradas nas garantias processuais constantes da proposta da Comissão sobre a Procuradoria Europeia que podem ser transpostas para os inquéritos administrativos do OLAF e promulgadas ainda antes da criação da Procuradoria Europeia.

Uma vez que o período de transição previsto no Tratado de Lisboa termina em 2014, a cooperação policial e judiciária em matéria penal será plenamente integrada no sistema jurídico da UE. A Comissão exporá o seu ponto de vista quanto à evolução e ao aprofundamento das políticas no domínio da justiça e dos assuntos internos, no momento em que o Programa de Estocolmo chegar ao seu termo.

A União Europeia assenta numa série de valores fundamentais. Baseia-se no Estado de direito, e a Comissão foi chamada a intervir sempre que se afigurou que este estava em perigo nos Estados-Membros. A Comissão apresentará um quadro que permita dar uma resposta coerente a tais situações, com base na objetividade e no princípio da igualdade de tratamento entre Estados-Membros. Só será feito apelo a este quadro em situações em que exista um risco grave e sistémico para o Estado de direito, devendo estar preenchidos certos critérios previamente definidos antes de poder ativá-lo.

Ação externa

Uma UE unida é também um ator mais eficaz na cena mundial. A agenda relativa ao alargamento da UE contribui para consolidar a paz e a estabilidade nas nossas fronteiras e promove os nossos valores fundamentais e a democracia. Após a adesão da Croácia, a Comissão mantém o seu compromisso em relação aos países dos Balcãs Ocidentais e à Turquia. Na sua dupla função, a Alta Representante/Vice-Presidente envidou esforços no sentido de facilitar avanços decisivos nas relações entre a Sérvia e o Kosovo. A política de vizinhança persegue os mesmos objetivos para além das nossas fronteiras na nossa vizinhança imediata, a Leste e a Sul. Neste contexto, reveste particular importância a assinatura de acordos com a Ucrânia, a Moldávia e a Geórgia, a Leste, bem como o apoio ao processo de transição democrática, a Sul.

A atual crise na Síria evidenciou uma vez mais o contributo fundamental da UE para a resolução das crises, e continua a exigir uma ação por parte desta. A promoção da paz e da segurança é um dos principais pilares da ação externa da UE e os nossos esforços não podem ser confinados às fronteiras da Europa. A UE continuará a promover ações em prol da paz e da segurança no quadro de uma abordagem global, privilegiando ao mesmo tempo iniciativas estratégicas como a segurança marítima e melhorando a estabilidade noutras zonas do mundo. O recurso a grupos de trabalho para apoiar as transições democráticas será alargado para além dos países vizinhos meridionais a países como Mianmar/Birmânia.

Os desafios mundiais, nomeadamente a promoção da estabilidade, o desenvolvimento sustentável e as reformas políticas, exigem uma ação unida com vista a proteger e promover os nossos interesses e os nossos valores. Neste contexto, as nossas relações económicas externas são um instrumento importante para reforçar a nossa posição na cena internacional. A UE ocupa uma posição de liderança no comércio mundial, estabeleceu relações fortes com uma série de parceiros estratégicos fundamentais e prossegue um programa de negociações comerciais ambicioso, esforçando-se ao mesmo tempo por implementar os acordos recentemente aplicados e por aplicar as regras comerciais. A Comissão manterá o ritmo das negociações com os principais parceiros. Continuará também a esforçar-se por obter um acordo, por ocasião da 9.ª Conferência Ministerial da OMC sobre a facilitação do comércio, no próximo mês de dezembro, e por dar um novo impulso às negociações multilaterais. Apresentou uma proposta sobre a proteção consular que deverá melhorar a assistência aos cidadãos da UE em situações de crise. A UE desempenha um papel crucial na governação económica e financeira a nível mundial, tendo assumido a liderança relativamente à promoção de um desenvolvimento sustentável e à luta contra as alterações climáticas. O combate à evasão fiscal e ao sigilo bancário a nível mundial é atualmente uma das principais prioridades da ordem de trabalhos do G-20.

A UE no seu conjunto continua a ser o maior doador de ajuda ao desenvolvimento e de ajuda humanitária no mundo. A Comissão está a preparar-se para a cimeira ODM/SDG, para um novo acordo internacional sobre o clima e para o quadro pós-Hyogo para a gestão dos riscos

de catástrofes, todas elas negociações essenciais a preparar em 2014. Também será importante lançar um exercício de reflexão sobre o futuro das relações ACP-UE após 2020.

Quando a UE atua como uma única entidade, a sua influência é amplificada. Para tal, é essencial garantir a coerência entre a dimensão interna e externa das suas políticas. Envidar esforços em prol de um mercado único da defesa com vista a desenvolver uma base industrial de defesa europeia desempenhará um papel central e contribuirá simultaneamente para o crescimento e o emprego.